



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI Nº 1.013, DE 2020 (Apensados: PL nº 2.125/2020 e PL nº 2.262/2020)

Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante período de emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Apresentação: 02/06/2020 14:40

EMP n.7/0

### EMENDA DE PLENÁRIO

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao substitutivo do Projeto de Lei nº 1.013, de 2020:

**Art. XXX** Renumerar-se para § 2º o parágrafo único do art. 16, da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, e acrescentar-se o § 1º com a seguinte redação:

“Art. 16.....

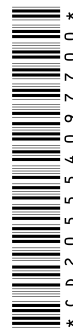
.....

§ 1º Não será rescindido o parcelamento pelos débitos em aberto enquanto durar a vigência do Estado de Calamidade Pública, decorrente da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao Coronavírus (Covid-19).

.....” (NR)

### JUSTIFICAÇÃO

É necessário instrumentos que possibilitem a travessia das entidades desportivas de futebol neste período de retração econômica decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19). A falta de fluxo de caixa tem impedido a muitos clubes, principalmente os pequenos de honrarem o pagamento de seus parcelamentos em aberto. A Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 estabelece a rescisão do parcelamento e o cancelamento dos benefícios concedidos no





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

caso de inadimplência, o que será ainda mais gravoso para o momento vivido. Por isso, se faz necessário mitigar o efeito do artigo 16 da referida lei durante o enfrentamento da pandemia do COVID-19.

Destarte, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões,                      de                      de 2020.

**FRANCISCO Jr.**  
Vice-Líder do PSD

Apresentação: 02/06/2020 14:40

EMP n.7/0

Documento eletrônico assinado por Francisco Jr. (PSD/GO), através do ponto SDR\_56424, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

